

Marinho, Josaphat

Violência e reforma social

Fatos, conflitos e contrastes retratados na imprensa e em estudos diversos, no final do século XX, indicam a necessidade de mudanças na estrutura da sociedade e no comportamento dos seres humanos. O fenômeno se relaciona com o mundo e o Brasil. Em todos os quadran-



POR
JOSAPHAT
MARINHO

tes, verificam-se situações incompatíveis com as exigências da civilização. Nos Estados Unidos, um homem mata sete colegas de trabalho, inopinadamente. Na capital filipina, atentados por bomba provocaram a morte de quatorze pessoas e feriram cerca de cem. Faz pouco, a televisão mostrou parcela numerosa da população da Angola, homens, mulheres e crianças, exibindo os ossos da miséria e da fome, num país corroído por longa guerra entre irmãos, em luta pelo poder. No Brasil, em quase todo seu território, a violência vai assumindo aspectos cada dia mais graves. Da violência individual à praticada em grupos, a ameaça às pessoas e a seu patrimônio reflete, dia a dia, configuração assustadora. Tanto maior é a intranquilidade, porque não falta a agressão armada nas escolas. Há dias, em Salvador, uma quadrilha, formada por doze homens, carregou o caixa eletrônico do Banco do Brasil localizado no Hospital das Clínicas. E ainda fez com que funcionários ajudassem no transporte

do roubo. Durante o Natal, em São Paulo, houve cento e quatro assassinatos.

Diante desse estado de insegurança é que o papa definiu o ambiente, no universo, de "cultura da morte". Cumpre, porém, varrer essa cultura para substituí-la por uma convivência menos perigosa. Não será fácil, de certo, a mudança de atitude. Entre os violadores da lei há os portadores de tendências perversas e outros produto das injustiças e

desigualdades sociais. Aos governantes e à sociedade cabe um esforço solidário para corrigir tais causas geradoras de criminalidade. A diversidade de interpretação desses fatos, à luz de teorias sociológicas, jurídicas e fisiológicas, não nega, fundamentalmente, a influência dos dados consistentes nas disparidades sociais e econômicas. A diferença é mais de grau do que de natureza da incidência do fenômeno.

Há que atentar, sobretudo, em que a pobreza e a exclusão social constituem condições de vida de difícil superação. No último relatório do Banco Mundial, a respeito do estado dos povos em 1999, está reconhecido que as desigualdades que atingem muitas nações não estarão vencidas até 2015. Se houver esforço sério e em parceria, poderão estar reduzidas. Logo, é irreal presumir a supressão da pobreza em poucos anos, num país extenso e diversificado como o Brasil. Esse é problema que não admite prazo fixo, mas previsão variável com circunstâncias alheias à vontade humana. Indispensável é que a decisão para combatê-lo seja ordenada, firme e constante.

Essa decisão não pode ser intento de alguns ou de partidos, mas de governo e da sociedade, como compreensão coletiva. Fato social dessa complexidade não se enfrenta entre divergências, porém na convicção comum de que é um mal que se reflete em toda a comunidade. Se apenas uma parcela é pobre ou excluída, os efeitos daí resultantes, da falta de educação e de saúde aos conflitos de toda ordem, se estendem à sociedade no seu conjunto. Se o bem-estar se situa entre os que podem, a infelicidade emigra, porque ecoa longe o protesto dos oprimidos. Enganam-se os que pensam que a distância física e social impede a expansão do eco dos sofredores. Se assim fosse, não teriam triunfado a revolução francesa e a soviética.

A experiência de outros tempos, portanto, aconselha a convergência de propósitos igualitários, no limite do entendimento democrático. Nas grandes crises, se assim não procedem os detentores do poder de decisão, perdem a oportunidade de soluções pacíficas.

No início de novo século, maior é a conveniência da decisão dialogada, ou mesmo negociada. Em período dessa natureza, é sempre próprio convencionar soluções, até como forma de sugerir outras composições, enquanto não se delineiam propósitos extremados de inovação, ou revolucionários, propulsores de outras vias de deliberação. Então, o senso crítico é a grande arma inteligente da política de sobrevivência livre.

JOSAPHAT MARINHO, EX-SENADOR, É PROFESSOR EMÉRITO DA UNB E DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA E DIRETOR DA FACULDADE DE DIREITO DA UPIS

A EXPERIÊNCIA DE OUTROS TEMPOS ACONSELHA A CONVERGÊNCIA DE PROPÓSITOS IGUALITÁRIOS NO LIMITE DO ENTENDIMENTO DEMOCRÁTICO.